

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES  
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE  
CULTURA E COMUNICAÇÃO

**Lilian Cristina de Oliveira Cortez**

**Os feminismos latino-americanos sob uma perspectiva decolonial,  
interseccional e transnacional**

**São Paulo  
2020**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES  
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE  
CULTURA E COMUNICAÇÃO

**Os feminismos latino-americanos sob uma perspectiva decolonial,  
interseccional e transnacional**

**Lilian Cristina de Oliveira Cortez**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do título  
de Especialista em Mídia, Informação e  
Cultura pela Universidade de São Paulo.

**Orientadora: Profa. Dra. Ana Laura  
Maria Gamboggi Taddei**

São Paulo  
2020

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais (*in memoriam*) que, certamente,  
se orgulhariam a cada nova conquista.

# **Os feminismos latino-americanos sob uma perspectiva decolonial, interseccional e transnacional**

Lilian Cristina de Oliveira Cortez

**Resumo:** Esta pesquisa pretende estudar e compreender melhor como os conceitos de decolonialidade, interseccionalidade e transnacionalidade fazem-se presentes e podem contribuir cada vez mais na atuação dos diferentes feminismos existentes na América Latina, partindo do pressuposto deste ser um continente colonizado, diverso, miscigenado e amplamente desigual. Através da análise de levantamento bibliográfico e revisão literária, o objetivo será detalhar cada um desses conceitos, através de uma perspectiva feminista voltada ao continente latino-americano, visando preservar uma identidade existente, respeitar a diversidade e as subdivisões dentro do movimento e, ao mesmo tempo, idealizar uma junção de forças global pela conexão dessas diferenças.

**Palavras-chave:** movimentos feministas, América Latina, decolonial, interseccional.

**Abstract:** This research intends to study and better understand how the concepts of decoloniality, intersectionality and transnationality are present and can increasingly contribute to the performance of different feminisms existing in Latin America, based on the assumption that this is a colonized, diverse, miscegenated and widely continent. Through the analysis of bibliographic survey and literary review, the objective will be to detail each of these concepts, through a feminist perspective focused on the Latin American continent, aiming to preserve an existing identity, respect diversity and subdivisions within the movement and, at the same time, idealize a global joining of forces by connecting these differences.

**Key words:** feminist movements, Latin American, decolonial, intersectional.

**Resúmen:** Esta investigación tiene como objetivo estudiar y comprender mejor cómo los conceptos de descolonialidad, interseccionalidad y transnacionalidad están presentes y pueden contribuir cada vez más al desempeño de los diferentes feminismos existentes en América Latina, partiendo del supuesto de que se trata de un continente colonizado, diverso, mestizo y ampliamente desigual. Mediante análisis del levantamiento bibliográfico y revisión literaria, el objetivo será detallar cada uno de estos conceptos, a través de una perspectiva feminista enfocada en el continente latinoamericano, con el objetivo de preservar una identidad existente, respetar la diversidad y subdivisiones dentro del movimiento y, al mismo tiempo, idealizar una unión global de fuerzas conectando estas diferencias.

**Palabras clave:** movimientos feministas, América Latina, decolonial, interseccional.

## 1. INTRODUÇÃO

Diante da vasta diversidade cultural e desigualdade social existentes na América Latina, mulheres integrantes de movimentos feministas organizam-se, de diversas formas e com diferentes propósitos, para abranger suas próprias demandas regionais. A fim de questionar e, conseqüentemente, compreender de modo mais amplo as possibilidades de atuação feminista dentro do continente, são levantadas três perguntas principais como foco desta pesquisa, que visa fazer um recorte dentro de um contexto que estuda apenas algumas das diversas autoras que abordam os temas pesquisados: 1) seriam os movimentos feministas, existentes ao sul do continente americano, representativos e diversos para dialogar com os problemas enfrentados por diferentes grupos de mulheres latinas? 2) De que modo as propostas apresentadas pelos estudos decoloniais e interseccionais poderiam contribuir para que os feminismos do continente, plurais por essência, pudessem de fato agir ativamente no cotidiano de suas sociedades? 3) Seria possível conectar a vertente transnacional feminista aos conceitos de decolonialidade e interseccionalidade como meio de fortalecimento dos feminismos latino-americanos, sem abrir mão de suas prioridades?

Para que se compreenda melhor a atuação dos movimentos sociais no continente é necessário, primeiramente, entender o poder que o neoliberalismo exerce na economia global, em especial, nos países em desenvolvimento. Instituído a partir dos anos 1970 como promessa de salvar os planos econômicos no período pós-ditadura, a economia neoliberal afeta a sociedade de modo irreversível ao apostar suas fichas em privatizações e na mínima intervenção do Estado na economia, fazendo com que a desigualdade social seja um dos maiores problemas a ser combatido. Na América Latina, encontram-se 8 dos 20 países mais desiguais do mundo<sup>1</sup>, sendo o Brasil um dos mais desiguais do continente. Dessa forma, é praticamente impossível se pensar em um movimento feminista verdadeiramente representativo e abrangente que não seja anticolonial, antipatriarcal, antirracista, anticlassista e antissexista.

O feminismo, como movimento político, mobiliza-se na crítica radical dos elementos estruturantes da ordem patriarcal-capitalista, confrontando-se com o papel

---

<sup>1</sup> Relatório de desenvolvimento humano divulgado pelo Pnud 2019:  
<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/12/09/brasil-e-o-7-mais-desigual-do-mundo-melhor- apenas-do-que-africanos.htm>

ideológico-normativo de instituições como Estado, família e igreja na elaboração e reprodução dos valores, preconceitos e comportamentos baseados na diferença biológica entre os sexos. Assim, o feminismo, ao longo de sua história, trouxe à tona questões que não apenas estavam ligadas aos interesses das mulheres, mas que também confrontavam diretamente o capital. Ao longo das últimas décadas, o feminismo foi se transformando conforme a sociedade foi modificando suas leis e seus costumes, e as chamadas "ondas do feminismo"<sup>2</sup> também foram evoluindo em novas pautas. Neste momento do movimento, algumas das vertentes que estão pautando as discussões rumo a uma sociedade mais justa referem-se ao feminismo negro, decolonial, interseccional e transnacionalista.

O feminismo decolonial, assim como o feminismo interseccional, está diretamente ligado ao feminismo negro, pois foi através de pesquisas de feministas negras que elaboraram-se seus conceitos. O termo decolonial refere-se às práticas propostas por estudiosos da América Latina, continente totalmente colonizado por europeus, que rejeitam a cultura eurocêntrica como padrão mundial. Um dos principais teóricos latino-americanos, Aníbal Quijano (2005), elaborou diversos conceitos sobre colonialidade, entre eles a denominada "colonialidade do poder". Em contrapartida, Maria Lugones (2014) apontou a pesquisa de Quijano como incompleta no que dizia respeito ao gênero, e elaborou o conceito de "colonialidade de gênero". Já a apropriação do conceito de decolonial e o desenvolvimento de um feminismo condizente com esses propósitos surge a partir dos estudos de Lélia Gonzalez (2020) ao propor um feminismo afro-latino-americano. Julieta Paredes (2010) e Espinosa Miñoso (2020) complementam o conceito de feminismo decolonial ao tratarem de temas que questionam os modos de vida e atuação feministas no continente, assim como o uso da linguagem e a vida em comunidade.

O conceito de interseccionalidade propõe desmembrar as diversidades existentes dentro do movimento feminista, como gênero, raça, classe e sexualidade. A partir do termo cunhado pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw abrem-se caminhos, tanto para críticas ao que o termo representa às formas de organização dos movimentos feministas, quanto para novas possibilidades de interpretação sobre seu conceito. Carla Akotirene (2019), em sua obra, ressalta críticas ao feminismo interseccional, ao mesmo tempo em que discorre sobre a inegável importância da interseccionalidade para as mulheres negras. Patricia Hill Collins

---

<sup>2</sup> Texto explicativo sobre as ondas do feminismo no blog QG Feminista:  
<https://medium.com/qg-feminista/o-que-são-as-ondas-do-feminismo-eeed092dae3a>

(2019), ao invés de uma crítica, propõe a reelaboração da interseccionalidade para o que ela denomina "matriz da dominação", agregando possibilidades às limitações interseccionais. Díaz-Benítez (2020) e Marcela Lagarde (2003) ajudam a compreender as dificuldades de se pensar um movimento interseccional, especificamente, no continente latino-americano e todas as diferenças que devem-se levar em conta em termos de representatividade, debatendo os sentidos de diferença e desigualdade.

No que se refere aos feminismos internacionalista/transnacionalista, Verónica Gago (2020) propõe aceitar a ideia de inexistência de uma pauta única e global feminista, trazendo o conceito de um internacionalismo que cria uma projeção de massas. Ou seja, abandona-se a ideia de uma única demanda feminista, forte e central, e adota-se o pensamento de demandas globais transnacionais e diferentes que, conectadas entre si, ganham força e projeção. Já María Luisa Femenías (2007) defende a ideia da criação (e sustentação) do que seria uma comunidade imaginária das "mulheres da América Latina", para assim, encontrar meios de potencializar as formas de ação política.

Portanto, o objetivo principal deste trabalho é, não só um aprofundamento teórico em cada uma das vertentes feministas estudadas dentro do contexto latino-americano, como também propor o estudo das relações entre esses movimentos que, articuladamente, teriam a possibilidade de complementarem-se em prol de feminismos mais diversos e representativos numa esfera continental e, quem sabe, global. Os estudos sobre os feminismos decolonial, interseccional, transnacional e suas possíveis relações, sob uma perspectiva latina, pretendem colocar luz sobre questões bastante desenvolvidas, porém inesgotáveis pelo seu teor de movimento e transformação, e que ainda são vistos sob lentes independentes que cultivam certa dificuldade em conectá-los.

## **2. DECOLONIALIDADE**

### **2.1 América Decolonial**

No final da década de 1990, intelectuais latino-americanos que lecionam nos Estados Unidos criaram o grupo Modernidade/Colonialidade, que reivindicava a tese segundo a qual a modernidade europeia surgiu graças à ação colonial nas Américas. Para estes autores, o

conceito marxista de classe não conseguia explicar satisfatoriamente o fenômeno da desigualdade social nos países latino-americanos, pois faltava a dimensão da experiência colonial. Para o teórico peruano Aníbal Quijano (2005), desde a “invenção” da América, a diferença colonial, entre colonizado e colonizador, determinava a distribuição dos cargos na administração colonial. Essa diferença colonial perdura após a independência desses países na medida em que os chamados “nacionais” reproduzem a mentalidade do colonizador: supervalorizam os hábitos e costumes europeus (colonialidade do ser), supervalorizam o suposto saber acadêmico, científico europeu “universal”, subestimando o alcance dos saberes locais (colonialidade do saber) e mantendo a economia desses países submetida à mesma lógica colonial de divisão internacional do trabalho, subordinando os países periféricos ao capitalismo global (colonialidade do poder) (QUIJANO, 2005).

A ideia de raça em seu sentido moderno, segundo Quijano, não tem história conhecida antes da América, assim como novas identidades sociais também foram criadas a partir da colonização do continente americano, com o surgimento de termos como *negros*, *índios* e *mestiços*. Da mesma forma, o termo *europeu*, anteriormente referente à procedência geográfica de um indivíduo, passou a referir-se também a sua conotação racial. Com o tempo, essas relações sociais foram configurando-se cada vez mais em distinções sociais, utilizadas como base de poder e dominação, estabelecendo raça e identidade racial como instrumentos de classificação social básica da população:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. (QUIJANO, 2005, p. 118)

A partir da imposição do pensamento eurocêntrico, criou-se e conviveu-se por séculos com um tipo de negacionismo de identidade ao associar a figura do homem branco e seus interesses à figura do homem latino-americano. A colonialidade do poder dos senhores brancos latino-americanos, donos do poder político, de servos e de escravos, levava-os a perceber seus interesses sociais como iguais aos dos outros brancos dominantes, na Europa e nos Estados Unidos. Portanto, a imagem que parte da própria sociedade latino-americana



ainda vê no espelho é uma imagem distorcida da realidade, pois segundo Quijano, em todos estes séculos de guerras e pseudo-revoluções, as únicas revoluções democráticas realmente ocorridas na América (além da Revolução dos Estados Unidos) foram as do México e da Bolívia, sendo populares, nacionalistas, anti-imperialistas e anticoloniais. Na maioria dos outros países, o processo sempre foi muito lento, irregular e parcial (2005, p. 138).

Aplicada de maneira específica à experiência histórica latino-americana, a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete. Quer dizer, a imagem que encontramos nesse espelho não é de todo quimérica, já que possuímos tantos e tão importantes traços históricos europeus em tantos aspectos, materiais e intersubjetivos. Mas, ao mesmo tempo, somos tão profundamente distintos. Daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida. Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida. (QUIJANO, 2005, p. 130)

Segundo a filósofa argentina María Lugones (2014), o ponto crucial do encontro entre colonizadores e colonizados foi o momento em que os colonizadores rejeitaram o fato de que os povos originários do continente americano eram seres culturais, política, econômica e religiosamente complexos, cujos saberes, noções de espaço, expectativas, práticas, instituições e formas de governo não eram para ser simplesmente substituídas, mas sim encontradas e entendidas. Ao invés dessa compreensão, os colonizadores investiram na plena redução dos povos colonizados a seres primitivos, menos que humanos, possuídos satanicamente, infantis, agressivamente sexuais e que precisavam ser transformados. Os termos "humano" e "não-humano", segundo a autora, eram empregados de forma a diferenciar colonizadores e colonizados, respectivamente, reforçando a dicotomia entre europeus e não-europeus (LUGONES, 2014).

## **2.2 Feminismo Decolonial**

A ideia de feminismo decolonial surge em meio às discussões levantadas pelo feminismo negro, do qual a antropóloga brasileira Lélia Gonzalez (2020) fez-se uma de suas precursoras no continente latino-americano. A autora, ainda nos anos 1980, levantou questionamentos ligados ao racismo por omissão, cujas raízes se encontrariam em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista; e sobre democracia racial<sup>3</sup>, tratada por ela como um dos mais eficazes mitos de dominação ideológica.

Partindo do pressuposto explanado pela filósofa e pesquisadora dominicana Yuderkis Espinosa Miñoso (2020), de que o feminismo regional acolheu tenazmente uma razão feminista com pretensões de universalidade, é necessário que sempre se questione quais os tipos de feminismos que melhor representam o lado sul do continente americano. Miñoso lembra as relações de dependência seculares entre sul e norte, e como isso afeta diretamente as formas de atuação dos movimentos sociais, entre eles, os feminismos latino-americanos:

Os feminismos hegemônicos do Norte precisam da cumplicidade dos feminismos hegemônicos do Sul para dar continuidade à história de colonização e dependência. É por isso que uma análise dos feminismos do Sul e de sua relação de dependência com os feminismos do Norte precisa ser complexa a ponto de desfazer o mito de uma suposta unidade interna do sujeito "mulher" e nos permitir observar um campo vivo de disputa de sentidos na América Latina pós-independências, que acaba sendo resolvida com a imposição e a violência simbólica e material sobre aquelas cujos corpos estão marcados por processos de racialização e contínua exploração [...]. (MIÑOSO, 2020, p. 99)

Ao teorizar um método genealógico de como perceber os feminismos de países colonizados, a autora argumenta que, ao fazer uma genealogia, nos afastamos do presente para observar as condições de possibilidade que nos constituem, abrindo um novo ponto de vista para problematizar e desnaturalizar práticas históricas. Miñoso (2020) baseia-se no trabalho de Santiago Castro-Gómez<sup>4</sup> ao colocar como pergunta fundamental de sua pesquisa não o que caracteriza uma identidade latino-americana, mas sim o que a torna possível, quais são suas condições de existência e de que maneira a identidade latino-americana foi produzida como uma forma de ser e de pensar. A autora, em sua própria pesquisa, agrega a esses questionamentos o viés feminista anticolonial, e afirma que, nas últimas décadas,

---

<sup>3</sup> Texto de *Abdias Nascimento* sobre democracia racial no site Geledés: <https://www.geledes.org.br/democracia-racial-mito-ou-realidade/>

<sup>4</sup> Filósofo colombiano autor do livro *Crítica de la razón latinoamericana*.

ressurgiu um forte movimento decolonial que colocou em cheque a versão da história e os conhecimentos produzidos por intelectuais de origem branco-mestiça (MIÑOSO, 2020).

Ao construir análises a partir dessas perguntas, pude perceber que não existe um histórico de especificidade no feminismo que desenvolvemos, em vez disso temos uma vontade histórica de não nos diferenciarmos, não nos separarmos das teorias, apostas e slogans do feminismo produzido nos países centrais. Fazemos um esforço para nos ajustarmos às teorias produzidas nos Estados Unidos e na Europa, numa tentativa de fazer caber nelas as mulheres de diferentes contextos atravessados pela colonialidade. (MIÑOSO, 2020, p. 102)

À colonização territorial, social e cultural explanada por Quijano (2005), Lugones (2014) acrescenta o termo "colonialidade de gênero" como uma crítica à compreensão do autor ao colocar o gênero visto só em termos de acesso sexual às mulheres. Lugones trata a colonialidade de gênero como uma análise da opressão às mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização e exploração capitalista; assim como trata a possibilidade de superar a colonialidade de gênero como feminismo descolonial. A autora alega que, pelo fato de o sistema de gênero ser não só hierárquico, mas racialmente diferenciado, a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero às colonizadas, colocando o gênero como uma imposição colonial. Mesmo as mulheres dos homens europeus burgueses não eram entendidas como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua passividade e pureza sexual, e por estar atada ao lar a serviço do homem (LUGONES, 2014). Mas ainda assim, considerada "humana", diferentemente das mulheres colonizadas, consideradas "não-humanas", segundo a dicotomia teorizada pela autora.

Lugones (2014) coloca a colonialidade de gênero como algo que, em parte, se difere da colonização, fazendo-se ainda presente e atuante na sociedade, permanecendo na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. A autora também atribui a isso o longo processo de subjetificação dos/as colonizados/as em direção à adoção/internalização da dicotomia homens/mulheres como construção normativa do social. Ou seja, dentro da linguagem moderna, a utilização dos substantivos homem/mulher como diferentes e antagônicos, ao invés de diferentes e complementares, como em línguas originárias; ou representando uma dicotomia hierárquica, colocando a

palavra e o significado de "homem" sempre à frente e acima da palavra e do significado de "mulher". Lugones, baseada em outras autoras e pesquisadoras latino-americanas, sugere um uso mais consciente desses substantivos na linguagem moderna, alegando que somente ao colocá-los entre colchetes podemos apreciar a lógica diferente que organiza o social na resposta de resistência (2014, p. 943).

Julieta Paredes (2010), aymara e militante boliviana, explica que a prática secular da complementaridade *chacha-warmi* (homem-mulher), apesar de prezar pela igualdade e respeito mútuo dentro das comunidades indígenas, têm a discriminação de gênero como um de seus pilares. Segundo a autora, por mais que os indigenistas de seu país digam que o feminismo é somente ocidental pelo motivo de não haver necessidade desse movimento dentro das comunidades e, afirmarem que o machismo chegou com a colônia, é inevitável que se perceba o machismo existente na era pré-colonial (PAREDES, 2010, p. 80). A naturalização de alguns papéis menores e de menor valor, sempre destinados às mulheres, configura uma maior exploração de sua força de trabalho e sua subordinação aos homens. Paredes é uma das criadoras da teoria do feminismo comunitário de Abya Yala e propõe a reconceitualização do par complementar, reordenando-o em mulher-homem, *warmi-chacha*, de modo a recuperar o par complementar horizontal, sem hierarquias, harmônico e recíproco, par de presença, existência, representação e decisão (2010, p. 84).

O uso consciente da linguagem no cotidiano das sociedades latino-americanas, visando uma não-lealdade à colonialidade de gênero, é apontado como uma das formas de resistência ao êxito da normatização de gênero introduzida com a colonização, sendo parte importante do que Lugones (2014) chama de feminismo descolonial. Outras formas de resistência que são apontadas em sua obra referem-se, em suma, à vida, atividades e atitudes tomadas em conjunto, como forma de oposição ao isolamento individualista, para assim, criarem-se correntes que prezem o passar de mão em mão práticas, valores, crenças, ontologias, tempo-espacos e cosmologias vividas que constituem uma pessoa:

A produção do cotidiano dentro do qual uma pessoa existe produz ela mesma, na medida em que fornece vestimenta, comida, economias e ecologias, gestos, ritmos, habitats e noções de espaço e tempo particulares, significativos. Mas é importante que estes modos não sejam simplesmente diferentes. Eles incluem a afirmação da vida ao invés do lucro, o comunalismo ao invés do individualismo, o “estar” ao invés do empreender, seres em relação em vez de seres em constantes divisões dicotômicas, em fragmentos ordenados hierárquica e violentamente. Estes modos

de ser, valorar e acreditar têm persistido na oposição à colonialidade. (LUGONES, 2014, p. 949)

Paredes (2010) defende o que ela intitula de feminismo comunitário como um modo ativista anticolonial que se propõe a pensar o feminismo a partir da realidade em que se vive. O termo "comunitário" não se restringe somente às comunidades rurais ou indígenas, mas abrange todos os tipos de comunidades sociais, como urbanas, religiosas, culturais, universitárias, de bairro etc, compreendendo que todo grupo humano pode constituir-se comunitário como uma alternativa à sociedade individualista. Segundo a autora, as formas de vida na Bolívia (que podem se estender a outros territórios do continente) têm fortes concepções comunitárias, o que faz com que as mulheres bolivianas tenham de viver o seu próprio feminismo: "não queremos nos pensar como mulheres perante os homens, mas nos pensar como mulheres e homens em relação a uma comunidade" (2010, p. 79). Ou seja, assim como os feminismos latino-americanos são extremamente diversos, as práticas antipatriarcais, antirracistas e anticoloniais também devem responder às necessidades das mulheres em suas próprias sociedades.

### **3. INTERSECCIONALIDADE**

#### **3.1 Feminismo Interseccional**

O conceito de interseccionalidade não é novo, assim como seu objetivo em oferecer uma instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. A teórica e pesquisadora brasileira Carla Akotirene (2019) cita a jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw, que cunhou o termo em 1989 em casos jurídicos, ao afirmar que "a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo." (AKOTIRENE, 2019, p. 19). Crenshaw apresentou a noção de interseccionalidade para evidenciar o apagamento da mulher negra ao considerar que discriminações de raça e gênero operavam de forma mutuamente excludente dentro das sociedades.

Para a pesquisadora colombiana Maria Elvira Díaz-Benítez (2020), a elaboração do conceito de interseccionalidade é fruto dos estudos de gênero de feministas negras dos Estados Unidos. Sua inflexão epistemológica surgiu do desconforto feminista com a posição que o gênero ocupava como marcador central na análise das diferenças, das relações sociais e das particularidades e especificidades que a opressão racial exercia na vida de mulheres negras, tornando fundamental um pensamento voltado às experiências de racismo sofrido por elas.

Ao longo da história, as lutas de mulheres brancas e de classe média tomaram um rumo diferente daquele de mulheres negras e de periferias. A começar pelo direito a trabalhar fora de casa, que encontrava grande resistência masculina, então interpretada como "patriarcado", e que fez com que o trabalho fora do lar fosse pensado como um assunto de desigualdade e opressão de gênero, mas que, na verdade, tinha como objetivo principal uma possível igualdade em relação aos homens de sua própria classe, o que deixava de lado a pauta de luta de classes e, conseqüentemente, grande parte das mulheres vítimas de opressões machistas (DÍAZ-BENÍTEZ, 2020). Dessa forma, feministas negras evidenciaram que seria impossível atingir uma sororidade feminista sem enfrentar os temas de classe e de raça. Díaz-Benítez cita bell hooks<sup>5</sup> ao lembrar que "sair de casa", para as mulheres privilegiadas, implicaria que outras mulheres menos favorecidas trabalhassem para elas como empregadas domésticas e babás, justamente cuidando dos filhos e das famílias brancas (2020, p. 267).

A necessidade de um movimento feminista que tivesse como base a interseccionalidade se deu por conta do feminismo "tradicional", também chamado de "eurocêntrico", ter tido como base a diferença sexual e, por assim dizer, negligenciar outros fatores, como o racial. E uma das principais reivindicações dos movimentos feministas de todo o mundo foi um dos temas pioneiros a serem discutidos através do método interseccional: a reprodução. "Enquanto o feminismo branco esteve defendendo o direito ao aborto, a luta das mulheres negras se deu pelo controle da fertilidade e em relação a como era necessário pensar em políticas públicas e práticas médicas que atendessem a essa especificidade." (2020, p. 266), coloca Díaz-Benítez e afirma que a reprodução foi um tema a partir do qual foi possível falar de raça, racismo, classe e opressão, levando em conta o histórico do que o movimento havia proposto em pautas até então.

---

<sup>5</sup> Nome grafado em letras minúsculas por escolha da própria teórica afro-americana, autora de livros como *E eu não sou uma mulher?* e *O feminismo é para todo mundo*.

Na América Latina a discussão sobre os direitos reprodutivos das mulheres ocupa uma posição determinante nas pautas feministas, pois está diretamente ligada ao elevado índice de desigualdade do continente. O acesso à educação, à contraceptivos e ao próprio processo de aborto seguro depende da condição social de cada mulher, sendo a América Latina e o Caribe as regiões com as maiores taxas de gravidez entre meninas de 15 a 19 anos, superada apenas pela África subsahariana. Na região, a maioria dos países compreende em sua legislação o aborto em algum nível, porém, é comum que o atendimento nos serviços de saúde seja escasso, ausente ou de má qualidade<sup>6</sup>.

Com o decorrer do tempo e a percepção de que gênero, raça e classe ainda não abrangiam todas as questões e possibilidades de opressão sobre as mulheres, autoras lésbicas, como Audre Lorde<sup>7</sup>, foram criando caminhos para que as discussões interseccionais dentro do feminismo negro fossem abrindo-se para a sexualidade. Díaz-Benítez cita Lorde ao chamar atenção para a importância de se olhar para os diversos fatores que compõem a diferença e que não tratariam apenas de pensar em termos de mulheres negras pobres, por exemplo, mas de olhar outras articulações e fatores que não poderiam ser pensados em si como marcadores sociais da diferença, mas como características que acentuam algumas diferenças, aumentando privilégios ou desigualdades (DÍAZ-BENÍTEZ, 2020, p. 268). Para autoras que tratam de temas interseccionais, raça, gênero, classe e sexualidade não são espaços separados, nem existem de modo isolado, mas devem ser entendidos de modo articulado. Para o feminismo negro, fazer políticas interseccionais significa ter abertura às coalizões e pensar movimentos sociais sensíveis a todos os tipos de opressão, exclusão e marginalizações tais como classismo, sexismo, heterossexismo, racismo, capacitismo e xenofobia:

Com essas autoras, apreendemos que o que pensamos como interseccionalidade não se trata de "somatória de mecanismos de opressão" ou da simples adição de ordens de dominação. O que essas autoras têm colocado como desafio é o desenvolvimento de um conceito e de métodos de pesquisa que permitam responder a essas questões. [...] Como evitar a sobreposição de categorias de diferenciação simplificando e escurecendo o olhar sobre as causas e os efeitos das desigualdades sociais? Como evitar o risco de fazer análises adicionais e sobrepostas? Existem consensos e diferenças entre as posturas interseccionais. O consenso diz respeito à necessidade de se perceber que as categorias de diferenciação produzem efeitos distintos dependendo do contexto, do momento histórico analisado e das especificidades econômicas, culturais e sociais daquele

---

<sup>6</sup> Mapa sobre o direito ao aborto em países da América Latina no portal Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/28/aborto-legal-direito-negado-um-mapa-da-america-latina>

<sup>7</sup> Teórica e poeta afro-americana autora de livros como *Irmã Outsider* e *Entre Nós Mesmas*.

contexto. As diferenças, por suas vez, têm a ver com os modos como são pensados o poder e a própria noção de diferença, e os modos em que oferecem maior ou menor importância à questão da agência dos sujeitos. (DÍAZ-BENÍTEZ, 2020, p. 271)

Compreender o conceito de diferença é essencial quando se pensa em um movimento interseccional, para que não seja equiparado ao conceito de desigualdade. Díaz-Benítez contrapõe o conceito de diferença entre duas autoras em seu texto: o da jurista Kimberlé Crenshaw e o da socióloga Avtar Brah<sup>8</sup>. Segundo a autora, Crenshaw enxerga toda diferença como desigualdade por ser desse lugar - da desigualdade - que se pode estabelecer a luta política, sendo ela uma jurista que tem se dedicado à defesa dos direitos humanos, principalmente, focada nas relações de gênero. Já para Brah, a diferença pode ser pensada não como desigualdade antecipadamente, mas em como a diferença pode evocar ou remeter a igualitarismos, diversidades ou a formas políticas de agência favoráveis para os sujeitos, e faz a seguinte pergunta: "a diferença diferencia lateral ou hierarquicamente?" (2020, p. 271 e 272). Para Díaz-Benítez as abordagens interseccionais ganham quando percebem o poder como uma relação e não como algo que alguns possuem e outros não, percebendo como o poder se articula na produção e agenciamento das relações marcadas pela diferença.

Assim como esse tema trata, especificamente, das diferentes formas de opressão vivenciada por mulheres, também existem diferentes modos de interpretação sobre o conceito de interseccionalidade, alternando entre visões positivas e negativas.. A princípio, Akotirene (2019) traz uma crítica, bastante pertinente, ao uso do termo "feminismo interseccional" em detrimento de "feminismo negro", já que o método interseccional surge das pesquisas realizadas por feministas negras. Akotirene afirma que, quando essa semântica é alterada, retira-se o paradigma afrocêntrico e que, por consequência, há um saqueamento da riqueza conceitual e epistemológica, além de uma apropriação do território discursivo feminista negro. A autora afirma que "a proposta de conceber a inseparabilidade do cisheteropatriarcado, racismo e capitalismo está localizada no arcabouço teórico feminista negro, e quem o nega comete epistemicídio e racismo epistêmico" (AKOTIRENE, 2019, p. 51). Portanto, a autora sugere que deva-se mencionar a interseccionalidade como sugestão das feministas negras ao invés da utilização do termo "feminismo interseccional".

---

<sup>8</sup> Socióloga ugandense-britânica autora do livro *Cartografías de la diáspora*.



Outra crítica destacada por Akotirene é a da pesquisadora mulherista africana Gilza Marques<sup>9</sup> que, segundo a autora, transforma o argumento feminista de "sistemas discriminatórios equivalentes" em falácia, pois a experiência diaspórica (construto central do continente americano) admite haver hierarquia de opressão, na qual o racismo é a tecnologia principal (AKOTIRENE, 2019, p. 96). O mulherismo africana<sup>10</sup> ao qual Marques refere-se, se opõe ao feminismo negro e, portanto, à interseccionalidade, considerado pelas mulheristas uma reatualização do feminismo branco. O mulherismo africana, segundo Akotirene, rejeita o rótulo "feminista" e contrapõe-se ao pensamento feminista negro ao não equiparar o cruzamento entre estruturas interdependentes para explicar a vulnerabilidade das mulheres negras, pois para esse movimento, o trânsito é único, promovido pelo padrão branco judaico-cristão, mentor do colonialismo e imperialismo (2019, p. 97). Dessa forma, a interseccionalidade é vista como inconveniente em seu objetivo de igualar opressões, já que considera o racismo a maior delas.

### **3.2 América Latina Interseccional**

Ao se tratar das inúmeras diferenças e desigualdades de lugares como o continente latino-americano, é de se esperar que o método interseccional seja visto de diferentes maneiras. Mas, ao invés de abandonar o uso do termo e de suas ideias, algumas autoras optaram por retrabalhar o seu significado, como Patricia Hill Collins (2019) ao elaborar a categoria de "matriz de dominação". Collins define a matriz de dominação como 1) um arranjo particular de sistemas de opressão interseccionais; e 2) uma organização particular de seus domínios de poder, por exemplo: estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal (2019, p. 299). Voltando-se ao contexto da América Latina, Díaz-Benítez (2020) afirma que compreender as matrizes de dominação é mais profícuo do que somar as opressões por ela fundadas, pois seriam essas matrizes que, permanecendo ocultas, permitiriam manter os sujeitos como separados, tematizados em áreas fragmentadas e hierarquizantes e, desse modo, enfraqueceriam os processos de resistência.

---

<sup>9</sup> Criadora da plataforma Pensamentos Mulheristas: <https://pensamentosmulheristas.wordpress.com>

<sup>10</sup> Texto sobre Feminismo Negro e Mulherismo Africana no portal Agência Jovem de Notícias: <https://www.agenciajovem.org/wp/mulherismo-africana-e-feminismo-negro-quem-e-quem/>

Compreender a precariedade da vivência das mulheres latino-americanas através de uma chave interseccional que considere raça, gênero, classe e sexualidade é tão importante quanto explorar de que forma as colonialidades formatam as experiências de vida dessas mesmas mulheres. A pesquisadora mexicana Marcela Lagarde (2003) propõe um perfil das identidades femininas na região, nas quais três marcas comuns, segundo ela, se destacariam: o *sincretismo*, a *diversidade* e a *transição*. O *sincretismo* genérico representa a coexistência do tradicional com o moderno, vivência que as mulheres da região compartilham e que está sujeito a diversas formações a depender dos recortes de classe, etnia, geração etc. A dimensão da *diversidade* trata das particularidades nacionais, étnicas, raciais, generacionais, políticas, religiosas, ideológicas, culturais, de saúde, de classe etc, com a diferença de que as latino-americanas constituem um mosaico complexo e plural cuja diversidade é ainda maior: abarca categorias entre a riqueza e a pobreza extrema, entre vidas prósperas e vidas em terras arrasadas, entre a crescente expectativa de vida de algumas e a baixíssima condição de saúde de outras, crenças e ideologias extremas, abismos de conhecimentos, ignorâncias, formação e participação política. E o conceito de *transição* refere-se ao fato de, diferentemente do que se verifica em outros países mais organizados e estáveis, a própria instabilidade latino-americana interfere nas identidades femininas que se movimentam e têm um caráter de fluidez. Aqui, as mulheres transitam entre idades, famílias, regiões e países; mudam de formação histórico-social e de regime político em suas próprias nações; passam de uma classe social a outra; tudo isso várias vezes na vida. Essas características apontam que a pluralidade do ser mulher, na América Latina, tanto diferencia quanto une, pois trata-se uma experimentação compartilhada dessas identidades em transição (LAGARDE, 2003, p. 63).

Diante desse cenário extremamente amplo no que diz respeito aos modos de vida de mulheres em situações instáveis, Collins (2019) destaca a convivência em comunidade como, além de uma potente prática decolonial, algo que ela própria chama de consciência e pontos de vista coletivos: experiências coletivas que dizem respeito à trajetórias históricas e contemporâneas, de circunstâncias materiais e práticas culturais que produzem as condições para a construção de identidades grupais. Collins afirma que, se trabalhos domésticos e outros trabalhos precários, a segregação racial e espacial, a vida nos bairros etc, seriam experiências compartilhadas que criariam pontos de vista coletivos entre mulheres desfavorecidas, esses mesmos espaços lhes permitiriam compartilhar experiências e um corpo coletivo de saberes favoráveis como meios de ação, criando um sentimento coletivo que poderia ser o cerne de

propostas concretas em prol de benefícios para mulheres em condições de subalternidade. (2019, p. 269)

Como percebe-se, existem vários pontos de vista e diversas formas de se interpretar e conceber novos modos de atuação a partir das propostas do feminismo interseccional na América Latina. O que não se deve permitir é que essas possíveis formas de atuação sejam incapazes e/ou ineficazes ao abranger diferentes demandas que estão em constantes transformações, assim como as sociedades e o contexto de seus países. E, para que haja uma menor probabilidade da ineficácia dos métodos interseccionais nos feminismos do continente latino-americano, estar atento aos estudos e pesquisas produzidas por mulheres negras, indígenas, latinas, colonizadas e terceiro-mundistas faz-se primordial no que se refere à experiência de vida como detentora de novos caminhos para teorias e meios de atuação.

#### **4. TRANSNACIONALISMO**

Ao se pensar em questões e simbologias que rompem fronteiras e tornam-se transnacionais, é comum colocá-las em lugares de antagonismo ao nacional/regional. Com a vertente transnacional do feminismo não é diferente, pois algo que se abre para além do nacional, muitas vezes, pode perder o foco em suas próprias pautas, fazendo com que o feminismo transnacional seja visto, muitas vezes, com desconfiança. Como as discussões em relação à decolonialidade e à interseccionalidade deixam claro, não existe a possibilidade de se pensar em um feminismo global com causas universais, pois cada país/região tem suas particularidades, e o único feminismo que chegou ao lugar mais próximo de ser considerado "universal" - por questões de privilégio branco-europeu na produção, validação e alcance de conhecimento, denominado "colonialidade do poder" por Quijano -, o eurocêntrico, fracassou plenamente no propósito de falar em nome de todas as mulheres (AKOTIRENE, 2019). Diante desses fatos e de novas formas de se pensar o feminismo, ainda há lugar para novas tentativas de se criar conexões entre os movimentos?

Essas possíveis conexões entre movimentos de diferentes partes do mundo, atualmente, se dão, principalmente, por conta do fenômeno da globalização, que tem a internet como sua principal agente. Movimentos feministas de diversos países e continentes conseguem acompanhar e, de certa forma, até apoiar as lutas de mulheres do outro lado do planeta em

tempo real. Na América Latina, por exemplo, surgiram movimentos e coletivos que alcançaram grande número de público em manifestações e redes sociais, como o *Ni Una Menos* (Argentina) e *Las Tesis* (Chile) que, dentro de seus propósitos, conseguiram fazer com que suas causas fossem conhecidas (e compartilhadas) em diversos países. Da mesma forma, movimentos como o *Me Too* (Estados Unidos), *He For She* (iniciado pela ONU, com sede nos Estados Unidos) e Marcha Mundial das Mulheres (possui diversas sedes nos países onde atua) ganharam apoiadores ao redor do planeta por conta dos meios de comunicação, em especial, das redes sociais.

A pesquisadora argentina e integrante do coletivo *Ni Una Menos*, Verónica Gago (2020), destaca o que, segundo ela, é uma das novidades mais importantes do movimento feminista nos últimos anos: o fato de ter se convertido em um fenômeno mundial que emerge do Sul, nutrindo um internacionalismo que desestabiliza as escalas, os alcances e as formas de coordenação de um movimento que, por estar situado, cresce sem perder força:

Um internacionalismo que desafia tanto a imaginação geográfica quanto organizativa: está impregnado de circuitos transfronteiriços e não possui uma estrutura partidária nem centralizada. Um internacionalismo que dá ao movimento feminista atual uma projeção de massas; que encontra inspiração nas lutas autônomas de Rojava e nas lutas comunitárias da Guatemala, nas estudantes chilenas, nas faveladas do Brasil, nas camponesas do Paraguai e nas afro-colombianas. Um internacionalismo que exhibe a força das imigrantes latino-americanas nos Estados Unidos e que se nutre da politização do território doméstico que constroem com seus trânsitos. [...] Por isso, a característica própria desse movimento feminista é que está territorializado em lutas específicas e, a partir daí, produz vínculos. (GAGO, 2020, p. 217)

A autora afirma que esse internacionalismo se torna transnacionalismo porque se faz de alianças que desconfinam a geometria nacional-estatal, e esclarece que a dimensão transnacionalista não é uma exigência de abstração das lutas a favor de uma unidade programática ou por concessão a uma estrutura. Gago coloca a ubiquidade do movimento como uma força, que imprime uma dinâmica organizativa em cada espaço que repercute nos outros, conectando escalas que vão de pequenas reuniões de cinco pessoas a manifestações massivas, de assembleias de bairro de número variável a coletivos que se juntam para uma ação pontual (2020, p. 220). E, ainda, destaca a organização de greves internacionais como

fundamentais para desenvolver uma política do lugar que não fosse "localista", fazendo com que o movimento se amplifique por conexão de conflitos e experiências:

Nesse sentido, é necessário afirmar que estamos falando de um transnacionalismo já existente. Não é algo futuro, a ser desenhado e construído como passo evolutivo do movimento. Comprovamos isso quando lançamos a terceira greve internacional, em 2019: o movimento foi organizado mais uma vez em cada lugar, o que faz emergir o tecido regional, global, plurinacional. Porque o transnacionalismo também se expande em seus sentidos, e agora se imbrica com a questão plurinacional, como foi impulsionado em nosso continente pelas diversas lutas pelo corpo-território em alerta. (GAGO, 2020, p. 218)

Gago compreende o transnacionalismo feminista atual como algo sem uma estrutura específica, mas sim, tendo corpos e corpos-território implicados em conflitos concretos, e elabora quais seriam esses territórios. Em primeiro lugar, a autora coloca os *territórios domésticos* como historicamente encerrados entre quatro paredes e que, hoje, são espaços de transnacionalismo prático, onde se conectam às cadeias globais de cuidado e onde se discutem os modos de invisibilização do trabalho reprodutivo e a falta de infraestruturas públicas, que faz com que o trabalho reprodutivo assuma o custo do ajuste (2020, p. 221). A autora reforça que a cena doméstica torna-se território de um internacionalismo forçoso pela composição imigrante das trabalhadoras domésticas em grande parte dos lares e, também, porque é a partir de sua experiência que se tramam redes de alianças para fazer desse internacionalismo uma força de denúncia, conexão e luta.

Em segundo lugar, são destacados os *territórios indígenas e comunitários* como, historicamente, expropriados e considerados economias fechadas e atrasadas, tornando-se hoje espaços de alianças sem fronteiras, onde se denunciam os megaprojetos extrativistas e o agronegócio (GAGO, 2020, p. 222). De acordo com a autora, a partir desses territórios se produz uma reapropriação de recursos e memórias, e se atualiza também a dimensão anticolonial do internacionalismo feminista, assumindo-se, assim, o antirracismo e as perguntas em busca de práticas descolonizadoras.

E, em terceiro lugar, Gago coloca os *territórios de precarização* como sendo, historicamente, considerados "desorganizados", hoje formulando novas experimentações e dinâmicas sindicais, de acampamentos e ocupações em fábricas, oficinas e em plataformas

virtuais que denunciam e explicitam de que maneira abuso sexual, discriminação aos imigrantes e exploração trabalhista caminham lado a lado (2020, p. 222). A autora finaliza essa teoria lembrando que esses territórios se entrelaçam de múltiplas formas e não são compartimentos estanques ou espaços desvinculados. E seria, precisamente, essa maneira de ampliar as demandas, de fazer crescer as linguagens e de enredar geografias o que exigiria a cada espaço ser cada vez mais amplo em como se enunciam os problemas, os conflitos e também as estratégias, as alianças e as maneiras de se acumular força comum (GAGO, 2020, p. 223). E lembra da importância da capacidade do movimento feminista de produzir ubiquidade sem homogeneidade, de estar em todos os lados, com múltiplas expressões, sem a necessidade de coerentizar-se sob alguma autoridade ideológica ou às ordens de alguma estrutura de autoridade hierárquica.

O transnacionalismo atual se expressa não como acatamento de uma estrutura, mas como uma força situada em cada luta com capacidade de reverberação. Daí sua potência inovadora: conseguir traduzir-se como presença concreta em cada conflito. Ao contrário de um processo de universalização que necessita abstrair as condições concretas de uma situação para encaixar-se e moldar-se a um parâmetro homogêneo que lhe proveja reconhecimento, trata-se, ao contrário, da capacidade de que esse plano internacional apareça como expansão do horizonte de conexões possíveis e como força imediata em cada luta. Então, esse internacionalismo feminista que estamos desenvolvendo tem corpo comum, antes que uma estrutura. E esse corpo que se vivencia como corpo comum é o que permite gerar ubiquidade por conexão, sem necessidade de síntese unitária (GAGO, 2020, p. 224).

Para a filósofa argentina María Luisa Femenías (2007), um feminismo transnacionalista latino-americano representaria uma espécie de força em relação ao resto do mundo, pois verifica-se que, a partir da comunidade imaginária “mulheres da América Latina”, os meios de ação política seriam potencializados e os esforços e energias seriam gerados, canalizados e defendidos (2007, p. 16). Para a autora, a América Latina apresenta muitas e profundas discrepâncias em suas geografias, bases étnico-culturais, economias e desenvolvimento cultural e econômico, e a questão da diferença se coloca, desde já, como um desafio. Para que se vislumbre a superação ao desafio da diferença, seria necessário compreender a premissa básica de sua argumentação: diante da heterogeneidade, a igualdade, no contexto latino-americano, seria muito mais o ponto de chegada, uma espécie de ideal regulativo que permitiria avaliar a situação atual. Assim, para se ter visibilidade e denunciar os próprios

processos de exclusão, apelar a uma autodesignação identitária seria uma estratégia de luta por igualdade nos espaços de poder (FEMENÍAS, 2007).

Femenías argumenta que essa comunidade imaginária de “mulheres latino-americanas” não impediria que estas se identificassem com outras marcas particularizadas como a identitária - indígenas, crioulas, afrodescendentes, migrantes, lésbicas etc. - já que diversos modos de formação de alteridade poderiam ser reconhecidos. Esse reconhecimento seria até mesmo saudado, uma vez que obrigaria à constante revisão dos modos tradicionais de ação e afastaria suposições essencialistas, bem como construções estáticas indesejáveis ao movimento (FEMENÍAS, 2007, p. 17). Ao que parece, a principal diferença entre a teoria apresentada por Femenías (2007) e Miñoso (2020) em relação à unidade do sujeito "mulher latino-americana" estaria na tomada de consciência do que essa unidade representaria e, de que forma isso poderia ser utilizado como estratégia de atuação por parte de movimentos feministas da América Latina perante o mundo.

Segundo o pensamento dessas autoras, ao que tudo indica, ainda é possível almejar feminismos latino-americanos que priorizem a decolonialidade e o feminismo negro como formas de consciência e atuação e, ainda assim, compartilhem suas lutas e possam criar fortes conexões como possibilidade de potencializar causas. Desse modo, os diferentes feminismos da América Latina poderiam ganhar maior solidez e permaneceriam migrando pelos entre lugares da diferença para que, outrora, essas diferenças adquirissem formas a partir de articulações locais e continentais. Díaz-Benítez cita Gloria Anzaldúa ao dizer que "quando nos estendemos como uma ponte entre nossas diferenças, essa expressão mantém a promessa de aliviar as feridas causadas pelos séculos de nossa separação." (2020, p. 273).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao levantar todos esses questionamentos e possibilidades sobre as diversas vertentes do movimento feminista voltadas ao continente latino-americano, ficam claras que as formas de atuação são múltiplas, assim como podem ser capazes de gerar inúmeros pontos de vista sobre uma única teoria. Os feminismos decolonial, interseccional e transnacional possuem vastos campos de pesquisa que aprofundam-se em dados e reflexões extremamente necessárias e fundamentais, não só para os movimentos feministas e sociais, mas também

para os campos de estudos históricos, antropológicos, políticos, culturais, entre outros. E é exatamente pela tamanha diversidade que esse tema abrange que as inquietações em relação à representatividade, diferença de lutas e opressões são incansavelmente levantadas, a fim de que movimentos que se apresentam como defensores de direitos de grupos sociais estejam sempre evoluindo e aprimorando seus modos de atuação, principalmente quando estes atuam em sociedades desiguais, multiculturais e em constante transformação e desenvolvimento, como é o caso da América Latina.

Como parte das considerações finais, está o objetivo de responder às perguntas realizadas na introdução desta pesquisa, nunca de forma única ou definitiva, mas sempre de modo a levantar possibilidades que integram um processo contínuo. No que se refere à diversidade e representatividade na atuação de movimentos feministas no continente, o conceito de *transição*, apresentado por Lagarde (2003), poderia ser considerado como uma das características que mais interferem no modo vida de mulheres latino-americanas, fazendo com que seja extremamente difícil se traçar perfis que possam ser considerados amplamente representativos. Estando estas mulheres num constante processo de transição, suas próprias características e, conseqüentemente, os modos de atuação de movimentos feministas também teriam de se adaptar a cada novo movimento, tornando esse conceito algo flexível e demandante de extrema atenção. Portanto, é primordial que movimentos sociais estejam sempre atentos às mudanças ocorridas na sociedade e, em especial, na comunidade/bairro/cidade onde atuam, seja a cada novo governo, a cada crise econômica ou a cada questão particular que emerge socialmente. Do mesmo modo, também é possível afirmar que existem diversos grupos que, há tempos, permanecem à margem da sociedade, com baixíssimos índices de visibilidade e representatividade social, seja em programas governamentais ou em causas defendidas por lutas sociais. Desta forma, os movimentos feministas da América Latina, ao que parece, ainda necessitam de um maior aprofundamento em suas próprias causas e vivências, para assim, serem reconhecidos por seu grau elevado de consciência e capacidade de diálogo.

Em relação às formas como os conceitos decoloniais e interseccionais podem contribuir com os modos de atuação dos movimentos feministas na América Latina, antes de mais nada, é preciso sempre lembrar que estes conceitos foram amplamente estudados e desenvolvidos na América. Esse fato, por colocar teorias tão significativas quanto as de decolonialidade e interseccionalidade próximas às mulheres latinas, deveria fazer com que movimentos



provenientes do continente apropriassem-se cada vez mais de suas potências transformadoras. Como destaca Miñoso (2020), desnaturalizar práticas históricas parece ser um dos mais eficientes caminhos para abrir novos pontos de vista que questionem sobre o que torna possível uma identidade latino-americana e quais suas condições de existência. O feminismo comunitário, colocado por Paredes (2010), aparece como uma alternativa de atuação decolonial (e interseccional) que propõe repensar a vida em comunidade como uma ferramenta eficaz de experiências compartilhadas em prol de feminismos mais representativos, pensados a partir da realidade em que se vive, demonstrando como o conceito de decolonialidade faz-se de extrema relevância para países acostumados, até então, a espelhar-se em realidades que não as suas.

Se a perspectiva decolonial aplicada ao feminismo pode apresentar modos de fazer com que cada lugar crie uma consciência maior sobre sua realidade, o conceito de interseccionalidade pode oferecer métodos para que essas realidades sejam percebidas como múltiplas e igualmente opressoras. Como aponta Díaz-Benítez (2020), raça, gênero, classe e sexualidade não são espaços separados, nem existem de modo isolado, mas devem ser entendidos de modo articulado. Logo, compreender o conceito metodológico que propõe a teoria interseccional sob uma perspectiva de vivências extremamente diversas e desiguais, na qual o continente latino-americano está inserido, já representaria um grande avanço no que se refere à atuação de movimentos sociais e programas de políticas públicas, por exemplo. E essa articulação, por sua vez, representaria uma união de forças de diferentes movimentos em benefício de causas comuns, visando fortalecer o poder social em relação ao poder público e às leis que regem os direitos humanos.

Tendo em vista a proposta articuladora lançada pelo feminismo interseccional, Gago (2020) propõe um outro modo de articulação cujo enfoque seja o transnacionalismo: movimentos territorializados em causas específicas que sejam capazes de produzir vínculos. Para tanto, é essencial a consciência trazida pelo feminismo decolonial, assim como a compreensão das diferentes formas de opressão levantada pelo feminismo interseccional, para que um feminismo transnacional sério, potente e influente seja possível. De outro modo, uma transnacionalidade deficiente de representatividade e descompromissada com suas principais causas, atuaria contrariamente ao que é proposto pelos conceitos decoloniais e interseccionais. Assim sendo, uma conexão entre essas vertentes feministas é, não só possível, como já demonstra sinais de realidade, mas deve sempre ser adotada com

consciência por movimentos que se identifiquem com suas propostas para que seus objetivos, de dar voz às mulheres historicamente oprimidas e silenciadas, não venham a ser traídos.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade: Feminismos Plurais**. São Paulo: Jandaíra, 2019. p. 149.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política de empoderamento**. Tradução: Jamile Dias. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 480.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. Muros e pontes no horizonte da prática feminista: uma reflexão. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 384.

FEMENÍAS, María Luisa. Esbozo de un feminismo latinoamericano. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 11-25, abr. 2007. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2007000100002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000100002)> Acesso em 03 nov. 2020.

GAGO, Verónica. **A Potência Feminista ou o Desejo de Transformar Tudo**. Tradução: Igor Peres. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2020. p. 321.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-latino-americano. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 384.

LAGARDE, Marcela. De la igualdad formal a la diversidad: una perspectiva étnica latinoamericana. **Anales de la Cátedra Francisco Suarez**, n. 37, p. 57-79, 2003.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2014000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 29 set. 2020.

MIÑOSO, Yuderkis Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 384.

PAREDES, Julieta. Una ruptura epistemológica con el feminismo occidental. **Hilando fino: desde el feminismo comunitario**. La Paz: Mujeres Creando, 2010. p. 75-94.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em <[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)> Acesso em 25 set. 2020.